

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO
EXERCÍCIO DE 2024
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO DO GURGUEIA – PIAUÍ**

Atendendo instruções contidas no artigo 22 da IN TCE nº 007, de 10/12/2020, apresentamos o relatório circunstanciado sobre a gestão do exercício de 2024, quanto às metas atingidas, conforme consta da Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual, bem como informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS, e Gastos com Pessoal.

1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 - ORÇAMENTO

A Lei Orçamentária para o exercício de 2024 (Lei nº 439, de 18/12/2023) previu a RECEITA em R\$ 67.850.000,00 (sessenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta mil reais) e fixou a DESPESA em igual valor.

Desconsiderando-se as receitas e despesas de natureza intraorçamentária (R\$ 1.894.000,00), a previsão líquida inicial corresponde a R\$ 65.956.000,00 para a receita e R\$ 66.564.552,69 para a despesa, conforme consolidado no Balanço Orçamentário (Anexo 12).

Entretanto, a abertura de créditos adicionais do exercício, como a seguir demonstrados, veio alterar estas cifras.

1.2 – CRÉDITOS ADICIONAIS

No exercício de 2024 foram autorizados créditos suplementares até o limite de 60% (sessenta por cento) das despesas fixadas na Lei Orçamentária, nos termos do art. 4º da Lei nº 439/2023, tendo sido efetivamente utilizados recursos na ordem de R\$ 33.442.644,37 (quarenta e nove inteiros e duzentos e oitenta e nove centésimos por cento da Lei Orçamentária), integralmente financiados por Anulação de Dotação, de acordo com o Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964 e dentro do limite estabelecido no Art. 4º da LOA.

CRÉDITOS AUTORIZADOS	VALOR (R\$)
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	33.442.644,37
TOTAL	33.442.644,37
FONTES DE RECURSOS:	
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	33.442.644,37
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,00
TOTAL	33.442.644,37

Por se tratar de créditos financiados integralmente por anulação de dotações orçamentárias, a variação líquida da dotação total da despesa no exercício limitou-se a R\$ 779.447,31 (de R\$ 66.564.552,69 para R\$ 67.344.000,00), uma vez que a anulação redistribui recursos entre dotações sem majorar o total orçado.

1.3 – ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada no exercício em análise foi de R\$ 55.117.846,79 (cinquenta e cinco milhões, cento e dezessete mil, oitocentos e quarenta e seis reais e setenta e nove centavos), conforme demonstrado no quadro abaixo:

TÍTULOS	RECEITA PREVISTA E ATUALIZADA	RECEITA ARRECADADA
RECEITAS CORRENTES	55.127.720,89	54.813.034,85
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.059.436,36	4.072.872,31
Receita de Contribuições	1.743.338,64	2.175.852,09
Receita Patrimonial	69.840,21	1.591.954,19
Receita de Serviços	1.339.360,83	247.176,43
Transferências Correntes	50.895.094,85	46.415.711,65
Outras Receitas Correntes	20.650,00	309.468,18
RECEITAS DE CAPITAL	10.828.279,11	304.811,94
Operações de Crédito	1.016.547,35	0,00
Alienação de Bens	1.575,00	0,00
Transferências de Capital	9.810.156,76	304.811,94
TOTAL	65.956.000,00	55.117.846,79

1.4 – ANÁLISE DA DESPESA

A despesa fixada é de R\$ 66.564.552,69 (sessenta e seis milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e sessenta e nove centavos), atualizada para R\$ 67.344.000,00 em decorrência da abertura de créditos adicionais.

Esta despesa está demonstrada por Natureza da Despesa no Balanço Orçamentário, e para comprovar sua exatidão segue abaixo por Órgãos e Funções de Governo.

1.4.1 – DESPESA POR ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO:

Nota: para o exercício de 2024, o sistema contábil disponibilizou o detalhamento por unidade orçamentária na fase de empenho. Os valores liquidados e pagos constam de forma consolidada no Balanço Orçamentário (Anexo 12), conforme já demonstrado no item 1.5.

TÍTULO	EMPENHADA (R\$)
CÂMARA MUNICIPAL	1.289.264,87



TÍTULO	EMPENHADA (R\$)
SEC. MUNICIPAL DE ADM. E PLANEJAMENTO	6.349.698,32
SEC. MUNICIPAL DE ESPORTE, TURISMO E LAZER	1.128.738,07
SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	21.487.938,86
SEC. DE SAÚDE	11.649.417,13
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.000.504,95
GABINETE DO PREFEITO	495.363,62
SEC. MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1.329.698,68
SEC. DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO	4.931.920,22
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	220.334,44
PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO	117.286,67
SEC. MUNICIPAL DA FAZENDA	225.672,30
SEC. MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO	48.633,76
SEC. MUN. DO MEIO AMBIENTE E REC. HÍDRICOS	43.653,80
SEC. MUN. DO TRABALHO E GER. DE EMPREGO E RENDA	950,00
COMP. MUN. DE ÁGUAS E ESG. DE RED. DO GURGUEIA – AERG	1.429.237,19
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL – RPPS	2.450.002,86
TOTAL	55.198.315,74

1.4.2 – DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO:

ESPECIFICAÇÃO	EMPENHADA (R\$)
Legislativa	1.289.264,87
Administração	8.886.051,85
Assistência Social	2.000.504,95
Previdência Social	2.450.002,86
Saúde	11.649.417,13
Trabalho	950,00
Educação	21.487.938,86
Cultura	378.565,54
Urbanismo	1.919.281,95
Saneamento	1.089.076,61
Gestão Ambiental	43.653,80
Agricultura	1.329.698,68
Comércio e Serviços	1.050,00

ESPECIFICAÇÃO	EMPENHADA (R\$)
Energia	557.373,94
Transporte	1.366.362,17
Desporto e Lazer	749.122,53
TOTAL	55.198.315,74

1.5 – CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA:

A execução orçamentária alcançada fica assim demonstrada:

	VALOR (R\$)
RECEITA ARRECADADA	55.117.846,79
DESPESA REALIZADA (empenhada)	55.198.315,74

1.5.1 - RESULTADO CONSOLIDADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada resultou em um DÉFICIT na execução orçamentária na ordem de R\$ 80.468,95 (oitenta mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e cinco centavos).

2. – GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

2.1 – BALANÇO FINANCEIRO

O balanço financeiro constitui-se em peça básica para demonstração da gestão financeira desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações da receita e despesa orçamentária, além daqueles que, por natureza, independem de autorização na lei, com saldos em espécie no início e no fim do exercício.

Considerando o Balanço Financeiro consolidado (incluindo receitas e despesas de natureza intraorçamentária), a Receita Orçamentária totalizou R\$ 57.575.770,58 e a Despesa Orçamentária R\$ 55.198.315,74 no exercício de 2024.

No Exercício de 2024, foi registrado um saldo financeiro no valor de R\$ 18.420.118,11 (dezoito milhões, quatrocentos e vinte mil, cento e dezoito reais e onze centavos), equivalente a 32,00% da receita arrecadada, refletindo o equilíbrio das contas públicas no exercício.

Em análise ao Anexo 13 da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro, observou-se que o saldo financeiro subiu de R\$ 17.684.207,55 para R\$ 18.420.118,11, de 2023 para 2024, representando um aumento de 4,16% no período, no ativo disponível. Essa situação demonstra que o Município mantém capacidade de pagamento.

2.1.1 - RESTOS A PAGAR

Os valores de Restos a Pagar inscritos no exercício de 2024 totalizaram R\$ 392.619,25, divididos em PROCESSADOS (R\$ 392.012,31) e NÃO PROCESSADOS (R\$ 606,94), conforme Balanço Financeiro (Anexo 13).

Os pagamentos de Restos a Pagar no exercício totalizaram R\$ 1.543.667,24 (processados: R\$ 1.200.413,55; não processados: R\$ 343.253,69).

2.1.2 - DEPÓSITOS/CONSIGNAÇÕES

O saldo de consignações em 31/12/2024 totalizava R\$ 361.974,61, ante R\$ 931.093,72 em 31/12/2023, representando uma redução de R\$ 569.119,11, tendo em vista que as baixas no exercício (R\$ 5.720.803,06) superaram as inscrições (R\$ 5.005.568,54).

2.2 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do ente, ou seja, é possível conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos) e das obrigações (passivos).

2.2.1 - PATRIMÔNIO CIRCULANTE

A situação líquida POSITIVA de R\$ 17.845.457,16 do Patrimônio Financeiro reflete-se a partir do confronto entre o Ativo e o Passivo Financeiro, conforme Anexo 14 – Balanço Patrimonial.

	VALOR (R\$)
ATIVO FINANCEIRO	18.638.419,73
PASSIVO FINANCEIRO	792.962,57
ATIVO FINANCEIRO LÍQUIDO	17.845.457,16

2.2.2 - PATRIMÔNIO PERMANENTE

Na estrutura do Balanço Patrimonial, o Ativo Permanente, totalizando R\$ 19.432.745,47, e o Passivo Permanente, que perfaz R\$ 1.489.689,84, confrontados, produziram um resultado positivo da ordem de R\$ 17.943.055,63.

	VALOR (R\$)
ATIVO PERMANENTE	19.432.745,47
PASSIVO PERMANENTE	1.489.689,84
ATIVO PERMANENTE LÍQUIDO	17.943.055,63

2.2.3 - RESULTADO PATRIMONIAL

A conjugação das situações líquidas conduz ao Ativo Real Líquido do exercício:

	VALOR (R\$)
ATIVO FINANCEIRO LÍQUIDO	17.845.457,16
ATIVO PERMANENTE LÍQUIDO	17.943.055,63
ATIVO REAL LÍQUIDO (SALDO PATRIMONIAL)	35.788.512,79

2.2.4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nos últimos dois anos, o Patrimônio Líquido de cada exercício foi assim demonstrado:

ANO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	%
2023	31.341.468,00	100,00%
2024	42.512.421,55	135,64%

Diante das demonstrações acima, passemos a analisar os seguintes índices, apurados ao final do exercício de 2024:

ÍNDICE	FÓRMULA / VALORES (R\$)	RESULTADO
Liquidez Imediata	Disponibilidades 18.420.118,11 / Passivo Circulante 2.282.045,47	8,07
Liquidez Corrente	Ativo Circulante 20.547.437,36 / Passivo Circulante 2.282.045,47	9,00
Liquidez Seca	(Disponib. + Créditos C. Prazo) 18.420.482,54 / Passivo Circulante 2.282.045,47	8,07
Endividamento Geral	(Passivo Circ. + Não Circ.) 3.771.735,31 / Ativo Total 38.071.165,20	0,10

A Liquidez Imediata indica a capacidade financeira do Município em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades: para cada R\$ 1,00 de dívida, o Município dispõe de R\$ 8,07 para honrar no curto prazo.

A Liquidez Corrente demonstra quanto o Município poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, estoques etc.) para pagar suas dívidas circulantes: para cada R\$ 1,00 de dívida, o Município dispõe de R\$ 9,00.

O Endividamento Geral demonstra que o Município possui capacidade de pagamento e que seu endividamento é significativamente inferior a 1,0.

2.2.5 - DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Fundada Interna do Governo Municipal, relativa a empréstimos e financiamentos contratuais, totalizava R\$ 1.467.826,00 em 31/12/2024, valor idêntico ao do exercício anterior, não tendo havido contratação de novas operações de crédito no período. No exercício foi amortizado o montante de R\$ 377.699,58, referente ao serviço da dívida contratual.

2.3 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais evidencia os efeitos ocorridos no patrimônio do Município durante o exercício, e indica o resultado patrimonial.

O resultado patrimonial do exercício é obtido pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas, conforme Anexo 15 (Consolidado), observado a seguir:

	VALOR (R\$)
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	69.631.951,26
TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	60.857.028,90
RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	8.774.922,36

As variações patrimoniais qualitativas, decorrentes da execução orçamentária, estão assim demonstradas:

	VALOR (R\$)
INCORPORAÇÃO DE ATIVO (Investimentos)	5.849.932,71
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO (Amortização da Dívida)	377.699,58

Observa-se que o resultado patrimonial apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais (R\$ 8.774.922,36) apresenta diferença em relação ao superávit do exercício constante do Balanço Patrimonial (R\$ 11.170.953,55). Tal diferença decorre de ajustes e reclassificações patrimoniais que não transitam pela Demonstração das Variações Patrimoniais, sendo os valores apresentados fielmente conforme constam em cada demonstrativo contábil oficial.

3. DEMAIS RESULTADOS

Como informações complementares, passamos a relatar outros resultados alcançados pela gestão econômico-financeira desta Prefeitura, não obstante estes já tenham sido informados pelos diversos relatórios encaminhados a esse Egrégio Tribunal ao longo do exercício.

3.1 Da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

3.1.1 - Artigo 212 da Constituição Federal

A Prefeitura Municipal atendeu à disposição contida no artigo 212 da Constituição Federal, tendo aplicado o percentual de 25,60% sobre a receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, Anexo 8, superando o mínimo constitucional de 25%.

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL EM MDE	VALOR (R\$)	%
Valor Exigido (25% s/ receita de impostos)	5.260.670,12	—
Valor Aplicado	5.385.970,91	25,60%

3.1.2 - Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB

No exercício de 2024, o Município recebeu recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no montante de R\$ 17.414.893,07, incluindo rendimentos de aplicações financeiras, conforme RREO – Anexo 8.

Os gastos com remuneração de profissionais da Educação atendem ao que determina o artigo 212-A, inciso XI, da Constituição Federal (mínimo de 70%), conforme apuração a seguir:

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE GASTOS COM PROFISSIONAIS	VALOR (R\$)	%
Receita do FUNDEB para Fins de Cálculo	17.414.893,07	100,00%
Valor Exigido (mínimo 70%)	12.190.425,15	—

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE GASTOS COM PROFISSIONAIS	VALOR (R\$)	%
Pagamento a Profissionais com Disponibilidades	13.517.432,45	77,62%

3.2 - Da Saúde

A Prefeitura Municipal atendeu à determinação contida no art. 198 da Constituição Federal, assim como o disposto no art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, e regulamentação da Lei Complementar nº 141/2012, tendo aplicado o percentual de 17,46% da receita resultante de impostos e transferências constitucionais e legais em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS, conforme RREO – AnexoXII, superando o mínimo legal de 15%.

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO EM ASPS	VALOR (R\$)	%
Total das Receitas Resultantes de Impostos e Transferências	19.618.848,00	—
Despesa Mínima Exigida (15%)	2.942.827,20	—
Valor Aplicado em ASPS	3.426.177,86	17,46%

3.3 - Das Despesas com Pessoal

3.3.1 - Despesas com Pessoal (Poder Executivo e Poder Legislativo)

O total das despesas com pessoal do Município, considerando de forma consolidada o Poder Executivo e o Poder Legislativo, ao final do exercício, alcançou o valor de R\$ 26.509.036,37, que corresponde a 51,56% da Receita Corrente Líquida ajustada, cumprindo o limite estabelecido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

DESPESA COM PESSOAL	VALOR (R\$)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	27.414.267,91
Pessoal Ativo	25.249.088,17
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	21.911.434,43
Obrigações Patronais	3.337.653,74
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.165.179,74
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.098.108,19
Pensões	67.071,55
Outras despesas de pessoal decorrentes de terceirização (§1º art. 18 LRF)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º art. 19 LRF)	905.691,86
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior	275.901,55
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	67.071,55
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias (CF art. 198, §11)	48.194,14
Parcela dedutível referente ao Piso da Enfermagem (ADCT art. 38, §2º)	514.524,62
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	26.508.576,05



APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR (R\$)	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	53.394.002,51	—
(-) Transferências obrigatórias – emendas individuais (art. 166-A, §1º CF) (V)	993.720,00	—
(-) Transferências obrigatórias – emendas de bancada (art. 166, §16 CF) (VI)	245.000,00	—
(-) Transferências ACS/Endemias (CF art. 198, §11)	737.064,00	—
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VII)	51.418.218,51	—
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)	26.509.036,37	51,56
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	30.850.931,11	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único art. 22 da LRF)	29.308.384,55	57,00
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II, §1º, art. 59 da LRF)	27.765.838,00	54,00

Procuramos no presente relatório retratar os principais aspectos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do exercício ora encerrado, com clareza e objetividade, colocando-nos à disposição desse Egrégio Tribunal de Contas para quaisquer outros esclarecimentos que se tornarem necessários.

Atenciosamente,

Ângelo José Sena Santos
Prefeito Municipal